



Revista Eletrônica

TJBA

em Ação

N. 12 | Junho, 2017

SOB O CÉU DO HUMAITÁ

Universidade Corporativa do TJBA ganha nova sede no bairro de Monte Serrat

ENTREVISTA
Maria do Socorro Barreto Santiago

ADOÇÃO INTERNACIONAL
Ações para elevar números

VARAS DA FAZENDA PÚBLICA
Processos digitais

“O DIREITO SE APRENDE ESTUDANDO, MAS SE EXERCE PENSANDO.”

EDUARDO COUTURE



Expediente

Presidente

Desa. Maria do Socorro Barreto Santiago

1º. Vice-presidente

Desa. Maria da Purificação da Silva

2º. vice-presidente

Desa. Lícia de Castro Laranjeira Carvalho

Corregedor-geral da Justiça

Des. Osvaldo de Almeida Bomfim

Corregedoria das Comarcas do Interior

Desa. Cynthia Maria Pina Resende

Conselho Editorial

Juiza Verônica Ramiro

Carlos Machado

Cícero Moura

Flávio Novaes

Igor Caires

Joana Pinheiro

Assessoria de Comunicação / jornalista responsável

Flávio Novaes (DRT-1724) - Coordenação editorial

Edição

Ronaldo Jacobina (DRT-2348)

Reportagem e textos

Ari Donato (DRT-712)

Gabriel Pondé (DRT-3095)

Projeto Gráfico

Adriano Biset Queiroz

Repórter Fotográfico

Nei Pinto

Colunista

Adriana Barreto

Estagiários

Marcos Maia

Rayane Araújo

Secretária

Surânia Franco Lima Sales

Colaboradores

Carlos Machado

Raquel Lacerda

Revista Eletrônica TJBA EM AÇÃO,
Nº 12, Ano I, Junho de 2017

www.tjba.jus.br • e-mail: ascom@tjba.jus.br

Tel.: (71) 3372.5037 / 5038 / 5538

whatsapp (71) 98118.2361

Com a palavra ...



Chegamos a mais uma edição de nossa Revista TJBA EM AÇÃO. Neste número, abordamos de forma especial o 111º encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, que temos a honra de recepcionar em nossa terra, reconhecida por bem acolher. Ter conosco Presidentes e representantes dos Tribunais de Justiça de todo o território nacional eleva a nossa responsabilidade de anfitriões. Não há problema, pois sei que calor humano não nos falta, como nunca faltou, e tenho certeza que cada Magistrado visitante se sentirá um pouquinho baiano também.

A reunião do Colegiado tem se mostrado profícua a cada oportunidade, sobretudo pelo valioso compartilhamento de iniciativas e experiências. O momento nacional expõe o poder judiciário, tido por boa parte da sociedade como última trincheira do cidadão, hoje descrente daqueles que o representam no serviço público. Todavia, para que o Magistrado possa cumprir o seu papel e entregar a prestação jurisdicional devida, há todo um aparato que precisa funcionar, envolvendo aspectos humanos, estruturais e institucionais. E não há ocasião melhor para se discutir essa diversidade de fatores que o encontro de magistrados que vivenciam a judicatura e a gestão em diferentes realidades, gerando integração e intercâmbio de informações entre os tribunais.

O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia tem muito a dizer sobre o que tem realizado, mas também anseia para ouvir os seus pares, conhecer suas características, entender as circunstâncias que envolvem cada um e aproveitar iniciativas bem-sucedidas, reproduzindo-as sempre que possam ser adaptadas à realidade local. Fizemos assim com os Cartórios Integrados, que conhecemos em visita ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e implantamos aqui. Hoje são unidades que se revelam utilíssimas para criar, solidificar e padronizar rotinas que refletem diretamente na melhoria, no aumento e na celeridade da prestação jurisdicional. Muito mais podemos aprender e, quiçá, possamos ensinar.

Que sejam bem-vindos os participantes do 111º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça. A Bahia a todos recebe com alegria e tudo fará para que a estadia seja proveitosa. Conheçam esta Revista que fazemos com tanto carinho, ela é um pouquinho de nós e seguirá com vocês para que sigamos também. Nem sempre podemos estar juntos; mas, enquanto estivermos unidos, seremos mais fortes. A todos uma boa leitura.

Desa. Maria do Socorro Barreto Santiago
Presidente

1 a 3 de Junho de 2017
Salvador - BA

111º



Encontro do Conselho dos
Tribunais de Justiça



SUMÁRIO



- | | |
|--------------------------------------|--------------------------------|
| 06 Entrevista | 28 Novas viaturas |
| 12 Digitalização de processos | 31 Alimentação saudável |
| 16 Adoção internacional | 32 Álbum de trabalho |
| 22 Abraço à microcefalia | 36 TJ Social |
| 24 Nova sede da Unicorp | 42 Tirando de Letra |



‘Tenho como prioridade estabelecer com magistrados e servidores uma sensação de pertencimento, um resgate da autoestima’

QUASE 500 DIAS DE TRABALHO E UM AVANÇO HISTÓRICO. A GESTÃO DA PRESIDENTE MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO CHEGA A 16 MESES TRANSFORMANDO O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA COM UM PIONEIRO TRABALHO DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS EM DIVERSAS ÁREAS. NESTA ENTREVISTA À TJBA EM AÇÃO, A DESEMBARGADORA RELATA AS PRINCIPAIS CONQUISTAS ALCANÇADAS ATÉ AQUI.

Como a Presidência do TJ espera melhorar os índices de prestação jurisdicional na Bahia?

Com gestão e valorização do ser humano. A gestão prioriza o primeiro grau, inclusive com a criação de uma Diretoria Especial de Primeiro Grau (DPG) destinada a acompanhar a prestação jurisdicional desde a sua origem, com capacitação, reestruturação das unidades e investimentos tecnológicos, de modo a bem atender aos anseios dos jurisdicionados e, conseqüentemente, melhorar os índices de cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A iniciativa tem se mostrado vitoriosa e a DPG vem recebendo o merecido reconhecimento pela atuação diligente e proativa. A valorização do ser humano significa o olhar atento aos juízes e servidores, pois são eles que fazem a máquina funcionar. É por isso que já nos reunimos e vamos continuar a nos reunir com sindicatos e associações para tratar de assuntos relacionados às questões do Tribunal, esclarecer dúvidas, ouvir críticas e sugestões e dar conhecimento de nossas ações. Essa aproximação cria uma sensação de pertencimento que é fundamental para o sucesso de qualquer administração.

Falando na DPG, a senhora poderia dar algum exemplo de sua atuação?

Anunciei, em meu discurso de posse, que o primeiro grau teria uma atenção especial, um olhar diferenciado,

para tornar ainda mais ágeis os nossos serviços para os cidadãos. A diretoria concentra projetos e responde, também, praticamente de forma imediata, presencial ou remotamente, aos pedidos de juízes e servidores de todas as unidades judiciais do Estado. Um exemplo de ação marcante é o Cartório Integrado. De uma viagem ao Tribunal de Justiça de São Paulo, trouxemos a ideia do Cartório Integrado, inserimos as adaptações necessárias e já inauguramos três unidades. Ainda neste mês de junho, inauguraremos a quarta. Os números impressionam, afinal, mesmo ainda sem totalização concluída, já contabilizamos mais de 25 mil movimentações realizadas nas unidades integradas, comprovando o acerto do investimento que, originado em uma iniciativa paulista, recebeu adaptações à realidade baiana e hoje já é motivo de consultas de outros tribunais interessados em adotar essa prática de sucesso.

A senhora foi diretora da escola de magistrados e, na Presidência do TJBA, reestruturou a universidade corporativa. Qual a importância dessas capacitações?

Acredito na educação permanente. Por isso investimos forte na nossa Universidade Corporativa, a Unicorp, que ganhou uma sede com endereço próprio, em um lugar bellissimo, amplo, ideal para a realização de cursos, uma verdadeira imersão no mundo da aca-

demia, reconhecendo e valorizando a prata da casa. Na minha gestão já disponibilizamos mais de 24 mil vagas, entre presenciais e remotas. Proporcionamos uma diversidade temática, de forma a despertar o interesse do maior número possível de magistrados e servidores. Além da perspectiva técnica, por exemplo, na promoção de cursos sobre o Código de Processo Civil, gestão cartorária e mediação judicial, um outro aspecto que faço questão de valorizar é o humano. Despertar em cada um a noção de importância do servir, de se reconhecer servidor, de saber útil e, na verdade, indispensável à sociedade. Por isso as atividades não se limitam aos temas acadêmicos, mas passam também pela cidadania, pelas artes, pelo humanismo. Aprimorar a formação de pessoas realmente aptas a servir ao público é o nosso foco principal, quando não, único. Com magistrados e servidores realmente cientes de sua missão, o restante virá pela valorização da carreira, pelas boas condições de trabalho, pela estruturação das unidades, pelos avanços tecnológicos e, evidentemente, pelo aperfeiçoamento técnico.

Como estão os trabalhos para melhorar a eficiência em nosso Tribunal?

Nomeei um total de 50 novos servidores aprovados em nosso mais recente concurso, do nosso cadastro de reserva, para compor o Grupo de Trabalho do Projeto Diagnóstico para Eficiência no Poder Judiciário, coordenado pelo conselheiro Norberto Campelo, do Conselho Nacional de Justiça. Todos eles, vale destacar, foram previamente treinados pela Universidade Corporativa e se encontram aptos a atuar, remota ou presencialmente, nos serviços cartorários, analisando petições, organizando fluxos e expedindo atos. A ideia é tornar mais eficiente essa prestação jurisdicional e contribuir com a virtualização de processos. Com essa nova força de trabalho, criamos diversas linhas de atuação. Primeiro, instalamos o cartório integrado. Também, ao lado da Corregedoria Geral da Justiça, da Corregedoria das Comarcas do Interior e de outros setores do Tribunal, como a controladoria, iniciamos o saneamento em diversos cartórios. Gostaria de salientar o trabalho

do Núcleo de Enfrentamento do Estoque de Processos de Execução Fiscal, que auxilia varas da Fazenda Pública de Salvador na priorização dos julgamentos dos processos de execução fiscal. Também criamos a Comissão de Apoio às Varas da Fazenda Pública. É uma atividade realizada em conjunto com os poderes executivos Estadual e Municipal, Ministério Público, e que tem trazido ótimos resultados na recuperação de ativos.

O que tem sido feito na área administrativa?

Até o final dessa gestão serão entregues novos fóruns nas comarcas de Nazaré, Itaparica, Juazeiro, Itabuna, Camaçari e Porto Seguro, totalizando um investimento aproximado no valor de R\$ 60 milhões. Mas também já realizamos inúmeras reformas, am-

pliações, obras de acessibilidade, melhorias e adequações em prédios de quase todo o todo o Estado da Bahia. Em novembro do ano passado, inauguramos o fórum de Serrinha, que há muito reclamava por uma sede do Judiciário mais condizente com o tamanho da comarca. Já em Salvador, eu destacaria as obras para a instalação dos cartórios integrados e da nova sede da Unicorp.

Como a senhora analisa o desempenho dos Juizados Especiais na Bahia que, mais uma vez, cumpriram as metas do Conselho Nacional de Justiça?

Sou uma entusiasta dos Juizados Especiais. Uma justiça mais rápida, simples, objetiva, com respostas rápidas, é o que precisamos. E a Bahia se orgulha de contar com um dos melhores sistemas de



Desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago na sessão do Tribunal Pleno que a elegeu presidente da Corte baiana, em 2015

Juizados Especiais do País. Mais uma vez alcançamos a Meta do CNJ, que é de julgar mais processos do que a quantidade de novas ações. Em 2016, foram julgados 453,9 mil processos, contra 416,8 mil novas ações. Aqui na capital, reunimos todas as unidades - 36 varas e seis turmas recursais, com exceção dos Juizados Criminais, que continuam nos bairros, em um fórum moderno, com equipamentos de última geração, em um ponto central da cidade, de fácil acesso por ônibus ou metrô. O trabalho é constante. Estamos sempre saneando as unidades, ação que gera mais baixas processuais e evita acúmulo e congestionamento nas varas. E também nas Turmas Recursais, que possuem um índice de julgamento acima de 200%. Inauguramos novas instalações dos Juizados Especiais no Aeroporto de Salvador e, no interior, sete comarcas ganharam varas do Sistema dos Juizados Especiais. Muitas outras unidades foram reformadas. É, hoje, a principal porta de entrada do cidadão no Judiciário e, por isso, vamos continuar com uma atenção especial aos juizados.

Existe algum planejamento sobre a melhoria de qualidade na funcionalidade do TJ, e assim uma diminuição no custeio, gerando uma economia em tempos de crise?

Sim. Logo que assumi a Presidência foi determinada uma revisão no orçamento originalmente previsto para despesas com pessoal, o que gerou uma economia imediata de mais de R\$200 milhões. Em seguida, editei os decretos 246/2016 e 268/2016, objetivando a contenção de despesas de custeio, investimento e pessoal, preservando sempre a atividade fim e os direitos adquiridos de magistrados e servidores. Com essas ações buscamos reduzir as despesas com custeio em 20%, investimento em 30% e não aumentar o gasto com pessoal. Esse é um exemplo de que é possível buscar a qualidade e, ao mesmo tempo, reduzir despesas, exatamente o que se espera do Brasil neste momento de crise.

E como tem sido o relacionamento com os servidores?

Nosso relacionamento é transparente, humano e de respeito. Temos um

olhar especial para os servidores que, como disse, são os protagonistas do Judiciário, ao lado dos magistrados. Muitos têm direitos já consolidados em processos administrativos, e esses direitos ficaram parados por um bom tempo. Determinamos que fossem examinados de imediato, e, mês a mês, estamos liquidando os passivos no que diz respeito às indenizações de licenças-prêmio relativas a servidores aposentados, pagamento do abono de permanência para servidores que têm direito a sua aposentadoria, liquidação de pagamentos de substituição àqueles que trabalham no

“A valorização do ser humano significa o olhar atento aos juizes e servidores, pois são eles que fazem a máquina funcionar.”

primeiro grau e têm direito a receber uma substituição porque estão no segundo grau. Enfim, estamos reconhecendo todos os direitos consolidados. É preciso salientar que a valorização do servidor não passa tão somente pelo pagamento das verbas devidas, mas também pelo respeito com a oferta de cursos, na promoção de condições para um bom ambiente de trabalho, no reconhecimento de que ele faz parte da máquina do Judiciário. Estamos elevando a autoestima, cuidando da saúde, enfim, a Presidência tem olhado para o servidor.

O programa Presidência em Movimento foi criado pela senhora. Qual o resultado?

É um projeto maravilhoso, que gosto muito, pois leva a administração para o interior, ficando mais próxima dos jurisdicionados, advogados e dos operadores do Direito que militam nas comarcas. Lá, pessoalmente, conver-

samos sobre os nossos projetos e iniciativas que, acredito, estão mudando a cara do nosso Judiciário.

Como a Presidência cuida do planejamento e controle do TJ?

Tenho muito orgulho de minha equipe. Estamos sempre em contato direto e os projetos são discutidos e compartilhados, todos eles com metas e resultados definidos. Dou liberdade de atuação e permito que cada um adote iniciativas em sua área, desde que sintonizadas com os parâmetros que estabelecemos para a gestão e voltadas para a melhoria da prestação jurisdicional. Precisamos enfrentar a situação da produtividade dos magistrados e servidores. No ano passado estive no CNJ e ficou claro para mim que precisávamos mudar a nossa situação no cenário nacional, com urgência, atuando na baixa processual e propiciando condições para elevar o número de sentenças. Os tribunais que conseguiram mudar o cenário investiram recursos, tempo e reforçaram o setor de planejamento, o que estamos realizando aqui. A ideia é concorrer com o Selo Justiça em Números, melhorando a qualidade das informações prestadas ao CNJ, uma vez que, no TJBA, as unidades produzem acima do que informam. Como assim, não mostram nossa realidade, no nosso dia a dia do trabalho, que é intenso. Repito: há muito trabalho e estamos nos organizando para deixar isso claro. As ações da nossa Secretaria de Planejamento passam por um trabalho educativo. Os procedimentos devem ser realizados dentro do sistema. É preciso planejar o portfólio de projetos estratégicos, rever a estratégia, focar a estratégia na área fim, e trabalhar mais próximo do cidadão, a exemplo da pesquisa de satisfação que está em andamento, com o objetivo de dar uma resposta à sociedade. Vamos continuar investindo na melhoria da qualidade de dados, nos projetos e processos de trabalho e no planejamento estratégico e acompanhamento da produtividade das serventias.

Qual será a contribuição da atual gestão para o TJ?

Vou ser repetitiva aqui. Tenho como prioridade número um estabelecer

com magistrados e servidores uma sensação de pertencimento, um resgate da autoestima. O Tribunal é composto de gente e, se todos não se sentirem parte dele, nenhuma iniciativa dará resultado. Tenho falado de estratégias e planejamento, mas estou convencida de que sem o envolvimento verdadeiro das pessoas o melhor dos planos estará fadado ao fracasso. Por isso acredito que, mais do que qualquer ação que dê visibilidade, é essa reaproximação do Tribunal com o seu elemento humano que ficará e renderá frutos para esta e para as futuras gestões.

Na opinião da presidente, os juízes atuam como gestores de suas comarcas ou varas, ou meramente conduzem as audiências?

Já se foi o tempo em que o juiz era um mero condutor de audiências. Hoje, é fundamental ter visão gerencial, pois as varas muitas vezes funcionam como unidades gestoras descentralizadas e isso desafia o Tribunal, embora este deva sempre dar o suporte necessário ao magistrado. Nos diversos contatos que realizamos diretamente com juízes e servidores atuantes em comarcas distantes da capital, apuramos que a maior dificuldade residia na burocracia que retardava – quando não impedia – a comunicação direta entre unidade e administração. Muitas vezes os problemas não chegavam ao conhecimento da Presidência do Tribunal, ou, quando chegavam, já não havia o que se fazer para evitar o retardamento ou comprometimento da prestação jurisdicional. A Diretoria de Primeiro Grau veio justamente suprir essa lacuna e permitir que a Presidência e os polos de prestação jurisdicional dialogassem em tempo real para identificar ações necessárias e soluções efetivas.

Como está a atualização tecnológica do TJ?

O Relatório Justiça em Número de 2016, referente ao exercício de 2015, aponta que o Tribunal de Justiça da Bahia tem 75% do seu acervo digitalizado. Hoje temos certeza de que o trabalho da digitalização, promovido pela Assessoria Especial da Presidência

para Assuntos Institucionais, em parceria com a DPG, vai proporcionar a digitalização completa do nosso acervo até o final da nossa gestão. E estamos avançando muito. O Processo Judicial Eletrônico (PJe), sistema que desenvolvemos em parceria com o CNJ, já chegou a todas as varas cíveis de entrância inicial e estamos implantando no segundo grau. Criamos um aplicativo com diversos serviços, modernizamos todo o nosso parque de computadores e desenvolvemos diversos sistemas para auxiliar nossos projetos e as rotinas do tribunal. Em pouco tempo daremos adeus ao papel.

A Presidência do TJ, tal qual acontece nos mais diversos setores públicos, tem equipe técnica e preparada para atuar na busca por uma gestão de excelência?

Durante a formação de minha equipe técnica, reservei um período para conversar individualmente com cada um dos escolhidos, pois queria conhecê-los de perto e transmitir as minhas pretensões na gestão. Orgulho-me de ter priorizado servidores do quadro efetivo do Tribunal, mas não

me limitei a eles e fui buscar a qualidade onde ela se encontrava. Posso afirmar que estou satisfeita até então com os resultados apresentados, mas fiz modificações que se mostraram necessárias, e farei tantas que sejam precisas para garantir que o cidadão e a sociedade em geral tenham uma prestação jurisdicional célere, acessível, capacitada, eficaz e eficiente. Nada resiste à força do trabalho e disposição para trabalhar não me falta e nem há de faltar.

O que mais a senhora destacaria em sua gestão?

A criação de inúmeras unidades do Cejusc e a reestruturação do nosso Núcleo Permanente de Conciliação são fundamentais. Também reestruturamos o núcleo de precatórios, hoje referência para diversos tribunais do país. Promovemos movimentação na carreira

dos magistrados, ampliamos a Justiça Restaurativa e estamos, como muita força, dando total atenção ao combate à violência contra a mulher, alinhados com a campanha da Justiça pela Paz em Casa, promovida pela presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Carmén Lúcia.

“Tenho muito orgulho de minha equipe. Estamos sempre em contato direto e os projetos são discutidos e compartilhados, todos eles com metas e resultados definidos.”



ACELERANDO OS SERVIÇOS DO PODER JUDICIÁRIO



A juíza Amanda Palitot orienta equipe de servidores na 2ª Vara de Fazenda Pública, onde os processos já estão digitalizados

ADEUS AO PAPEL

Tribunal de Justiça acelera processos de execução fiscal e digitaliza acervo das Varas da Fazenda Pública

O relatório Justiça em Números de 2016, produzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), revelou que processos de execução fiscal são os grandes responsáveis pela alta taxa de congestionamento do Poder Judiciário.

De acordo com o levantamento, a matéria representa, aproximadamente, 39% dos casos pendentes, e apresenta um congestionamento de 91,9%, o maior dentre os tipos de processos analisados no relatório.

Na Bahia, o Tribunal arregaçou as mangas para mudar esse cenário. No ano passado, foi adotada uma série

de medidas baseadas em um programa de governança colaborativa para atacar o problema.

A primeira delas foi a criação do Núcleo de Enfrentamento do Estoque de Processos de Execução Fiscal para auxiliar varas da Fazenda Pública de Salvador nos julgamentos dos processos de execução fiscal. Quatro unidades, as 1ª, 4ª, 9ª e 10ª varas, já passaram pelo saneamento, totalizando 19,7 mil sentenças em quase um ano de atividades.

Para coordenar as atividades do núcleo, a presidente Maria do Socorro Barreto Santiago instituiu a Comis-

são de Apoio às Varas da Fazenda Pública da Comarca de Salvador com competência para apreciar e julgar ações de execução fiscal. O trabalho é feito em parceria com a Diretoria de Primeiro Grau e a Corregedoria Geral da Justiça.

Presidida pelo desembargador Maurício Kertzman, a comissão conta também com os desembargadores Livaldo Brito, Maria de Lourdes Medauar, Júlio Travessa, juízes e servidores do TJBA, representantes das procuradorias e das secretarias da Fazenda do Estado e do Município, além das secretarias de Administração do Estado; e a de Gestão, do Município.

O diretor de Primeiro Grau, Cícero Moura, explica que o programa teve origem a partir de uma orientação do CNJ, que sugeriu aos tribunais de justiça de todo o país o trabalho em conjunto com os atores envolvidos nas execuções fiscais.

Magistrados e servidores do TJBA, representantes do Ministério Público e as procuradorias do Estado e dos municípios trabalham unidos para que as execuções fiscais tenham um trâmite mais rápido e produtivo.

“A governança colaborativa é realizada através de uma gestão eficiente, e com isso temos resultados de mais julgamentos, maior baixa processual e a maior arrecadação dos entes fazendários municipais e estadual”, afirma Moura.

Ainda segundo o diretor de Primeiro Grau, foram promovidas reuniões com as procuradorias do Estado e do Município para que as partes ajudem na baixa dos índices de execuções fiscais, que são altos em todas as varas.

Varas de Execuções Fiscais da Comarca de Salvador*

Vara	Movimentações	Sentenças
1ª	9.598	6.671
4ª	10.119	7.686
9ª	4.531	1.776
10ª	7.165	3.570



*Dados referentes as 2ª e 3ª Varas ainda estão sendo contabilizados. As 11ª e 13ª Varas devem passar pelo processo de mutirão em 2017
 **Números computados até 13 de fevereiro
 ***Números computados de 24 de abril a 9 de maio

Cícero Moura lembra dos bons resultados obtidos com a realização, em 2015, do mutirão Acordo Legal, projeto promovido pelo Tribunal de Justiça da Bahia em parceria com a Corregedoria Nacional de Justiça. Na ocasião, na Arena Fonte Nova, milha-

res de contribuintes tiveram à disposição condições especiais para firmar acordos com o Estado e o Município de Salvador.

Além disso, o tribunal também tem procurado incentivar a resolução de con-

tos relacionados à Fazenda Pública através de meios de desjudicialização.

Com esse objetivo, a Assessoria Especial da Presidência para Assuntos Institucionais está instalando um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) voltado, exclusivamente, para ações fazendárias.

Digitalização

Também ficou definida a meta de digitalizar todo o acervo das Varas de Fazenda Pública de Salvador até o final de 2017, para atender uma determinação da presidente Maria do Socorro Barreto Santiago.

O objetivo é dar adeus ao papel. Os processos referentes a ações movidas pelo Estado, como IPVA e ICMS, estão totalmente digitalizados na 1ª, 2ª e 3ª varas da Fazenda Pública. Já o acervo do município já está selecionado para também se tornar virtual.

Todos os trabalhos são desenvolvidos a partir da parceria com o Estado e o Município. Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, já está com as atividades a todo vapor.

“A Procuradoria do Município de Camaçari está atuando junto, se pronunciando sobre o que deve ser baixado ou requerendo a extinção daquilo que

já foi pago, para que a gente possa arquivar”, explica Euzinete Dutra, diretora de Secretaria da Vara da Fazenda Pública de Camaçari.

Euzinete tem percebido uma melhora significativa na situação relativa a baixas e arquivamentos do acervo superior a 200 mil processos, cuja maioria é de execuções fiscais, principalmente relacionadas ao Município. “Arquivamos em dois meses aproximadamente seis mil processos, e continuamos arquivando”, diz.

De acordo com a servidora, a estimativa é de que, anualmente, o Município de Camaçari ingresse com mais de 20 mil ações de execuções fiscais.



Na 10ª Vara da Fazenda Pública foram movimentados 7,1 mil processos e proferidas mais de 3,5 mil sentenças

PROCESSOS GANHAM CELERIDADE

Nesse contexto, a realização de mutirões de saneamento (com a presença de procuradores nas varas) e de conciliação, como a Semana Nacional de Conciliação, que conta com o auxílio tanto do Município quanto do Estado, tem demonstrado efetividade.

De acordo com a DPG, informações parciais davam conta de **4.218** negociações envolvendo débitos ajuizados e não ajuizados, e realizadas no município de Salvador até o último dia 18 de abril.

Na ocasião, um montante de **R\$11.385.458,89** foi negociado em valores, tanto à vista quanto parcelados, resultando em um total recolhido de **R\$4.255.542,79**. Até o início de dezembro de 2016, o Estado da Bahia recolheu **R\$17.372.147,68** e parcelou valores de **R\$6.593.966,79**.

Cultura e Justiça nas ondas da net



ouça on-line
www.tjba.jus.br

O casal italiano
Cláudio e Silvia De Giusti
festeja a adoção
de Gabriel

Filhos do **CORAÇÃO**

Projeto *Não se esqueça de mim*, capitaneado pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (Cejai-Ba), busca aumentar o número de adoções nacionais e internacionais



Os contos de fadas sempre terminam com um final feliz. Mas até o 'felizes para sempre' chegar é preciso vencer muitas dificuldades. Aos oito anos, Gabriel foi morar em uma casa de acolhimento. Durante o período em que passou lá, seu sonho era ter uma família. Sua mãe biológica era usuária de drogas e não estava preparada para criá-lo.

Enquanto Gabriel morava no interior da Bahia e torcia para que seu próximo presente de aniversário fosse uma nova família, um casal italiano lutava para realizar o sonho de ter um filho. Não biológico, mas do coração. Só assim a família estaria completa.

Depois de 22 anos juntos, e cinco anos em busca da realização da adoção, Cláudio e Sílvia De Giusti receberam a notícia que mudaria o rumo de suas vidas. "Era 14 de fevereiro, dia dos namorados na Itália, quando recebemos a informação de que o Gabriel entraria em nossas vidas", conta Sílvia, emocionada.

Ao mesmo tempo em que os futuros pais comemoravam a novidade e faziam planos, Gabriel não se permitia criar expectativas sobre o seu futuro. "Quando foi avisado sobre a família escolhida para ele, o garoto não acreditou. Ficava dizendo que era mentira, mesmo que mostrássemos o portfólio do casal", explicou a advogada Lúcia Cunha, representante nacional do Centro Internazionale per L'Infanzia e Famiglia (Cifa).

Quando começou o contato dele com a família, via Whatsapp, foi que passou a acreditar em um futuro melhor. Após vencer o medo da decepção, Gabriel teve receio de não entender italiano. "Ao criar o hábito de falar com a gente, ele viu que o idioma não seria um problema", conta o novo pai.

Para algumas pessoas a adoção de uma criança maior de sete anos de idade pode ser um problema. Não era diferente com Cláudio. Apesar desse tipo de atitude ser um hábito entre seus familiares e amigos, ele admite que tinha receio de ser pai de um menino com mais de 8 anos.

"Eu estava fechado na opção de uma criança pequena. Porém, minha esposa me mostrou que isso era uma exigência desnecessária. Quando eu conheci o Gabriel tive certeza que idade não importava. Até os 12 anos todos são iguais", lembra o italiano.

Famílias estrangeiras

Em todo conto de fadas, o final feliz exige que o protagonista não deixe que a esperança desapareça. E foi isso o que Gabriel fez. Apesar de o tempo passar, e ficar cada vez mais difícil para o garoto ser adotado, ele nunca desistiu.

Para as crianças que estão à espera da adoção, existem alguns fatores relevantes que podem atrasar o processo. Isso, muitas vezes, é crucial na vida dos pequenos. Um deles, é o tempo que leva o processo de destituição do poder dos parentes de origem. Outro é a

idealização por parte dos pais de um perfil que não coincide com as características das crianças aptas para serem adotadas.

Segundo dados do Conselho Nacional de Adoção (CNA) há mais de 39 mil famílias na fila de habilitados à adoção e cerca de 4,8 mil crianças disponíveis para serem adotadas. Ao saberem disso muitos ficam felizes, pois entendem que para cada criança apta, existem oito famílias dispostas a acolhê-las.

Mas não é tão simples quanto parece. Apenas um em cada quatro pretendentes aceita à adoção de crianças com quatro anos de idade ou mais.

Gabriel já tinha quase nove anos. E assim, apenas 4,1% dos que estão no CNA esperando uma família tem menos de quatro anos.

Outro fato complicador para que os meninos tenham a oportunidade de viver em um novo lar, com proteção e afeto, é quando possuem irmãos. Entre os habilitados à adoção, 76,87% estão nessa condição, também à espera de uma família. Mas os Juizados da Infância e Adolescência preferem não separá-los. Para complicar, ainda mais, poucos são os que aceitam adotar mais de um filho.

Uma saída para essas crianças que se encontram fora dos perfis dos adotantes nacionais – acima de sete anos, grupo de irmãos e portadores de cuidados especiais – é a adoção internacional. Porém, de acordo com a lei brasileira, para que isso aconteça

é preciso esgotar todas as possibilidades de adoção em território nacional. Até lá, as crianças crescem e permanecem nos abrigos. Segundo dados do ano passado da Autoridade Central Administrativa Federal (Acaf), o

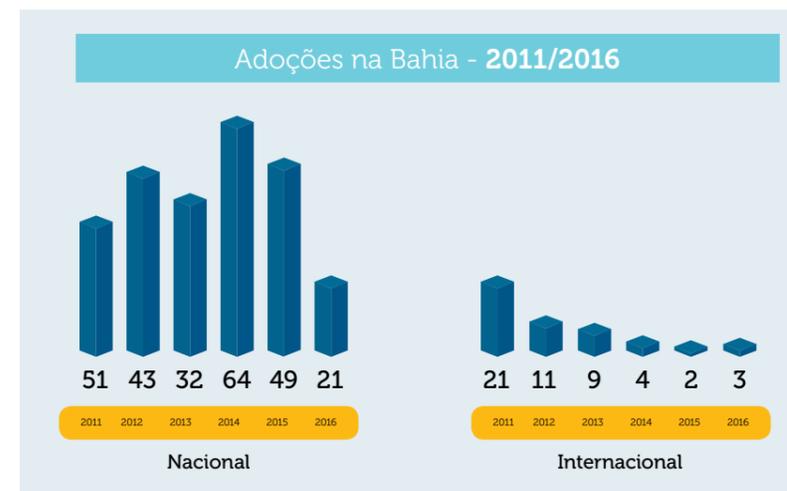
número de adoções internacionais vem reduzindo desde 2011. Em 2015, a Bahia foi o estado brasileiro com menor número de adoções internacionais. No ano passado, por aqui, esse número continuou caindo. E o

mais grave mesmo vem acontecendo com as nacionais.

Em 2009, a Lei 12.010, do Conselho Nacional de Justiça, fez alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente, determinando a permanência máxima de dois anos em casas de acolhimento. Entretanto, muitas crianças acabam ficando por toda infância dentro dos abrigos, perdendo assim a chance de terem uma família para chamar de sua.

Diante desse quadro, a juíza Andrea Paula Miranda e a secretária executiva Maria Simone de Castro, da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (Cejai -BA), criaram o projeto 'Não se esqueça de mim', com o objetivo de agilizar os processos.

"Esse nome surgiu depois que uma criança de cinco anos de idade – que



estava em uma instituição de acolhimento, ao deixar a sala de uma juíza, depois do fracasso de tentativa de adoção, segurou a mão da magistrada da Vara da Infância e Juventude de Salvador e disse: "Tia, não se esqueça de mim". Contou emocionada a juíza Andréa Paula. Dentre os objetivos do projeto, segundo a presidente da Cejai, estão a promoção dos direitos e interesses das crianças e adolescentes que se encontram privadas, temporariamente ou permanentemente, do seu meio familiar. "Vamos propor ações que abreviem o tempo de permanência em instituições de acolhimento", afirma.

Para isso, o projeto propõe campanhas de incentivo à adoção tardia, e a redução dos questionamentos envolvendo a adoção por estrangeiros, a desconstrução de paradigmas em relação à adoção internacional, para que seja vista pelos operadores do Direito como mais uma possibilidade de garantir direitos para as crianças e adolescentes brasileiros. Isso quando esgotadas as possibilidades de rein-

tegração à família natural ou a adoção por família substituta no Brasil.

Final feliz

A proposta do Cejai é que histórias como a do casal De Giusti se repitam. Os italianos já haviam tentado adotar uma criança em seu país, mas não tinha dado certo. Daí decidiram entrar no banco de dados internacional, onde encontraram Gabriel e essa história teve um desfecho feliz.

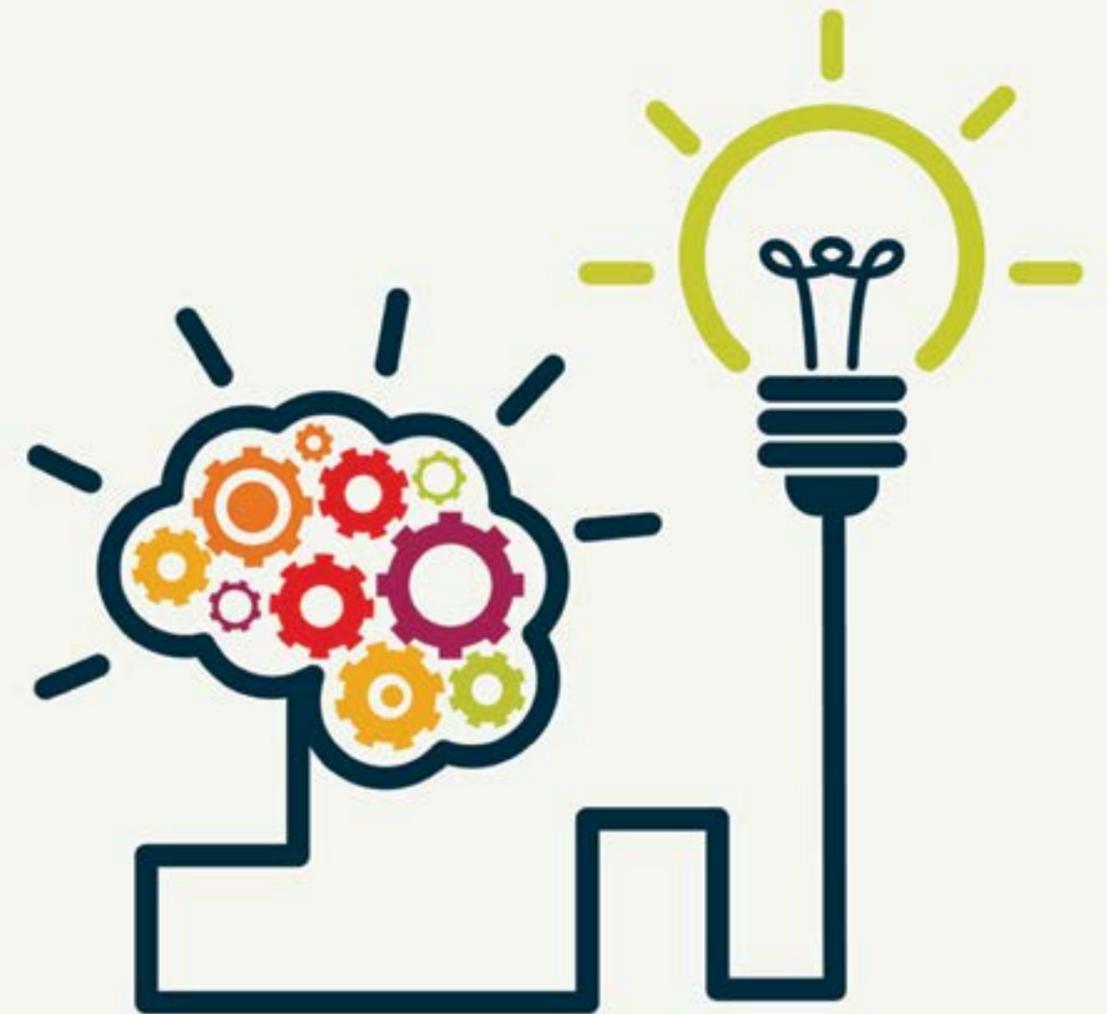
"O Brasil é um lugar que sempre esteve no meu coração. Quando fizemos o curso de adoção, fomos orientados a escolher uma criança de um país

que amássemos, pois passaria a ser nosso também", conta Cláudio.

Apesar da distância entre o Brasil e a Itália ser de mais de nove mil quilômetros, os De Giusti não tiveram receio de cruzar o Atlântico para encontrar o filho do coração. No começo, a mãe adotiva estava insegura com o primeiro encontro com Gabriel. "Tinha medo de que não houvesse empatia no primeiro momento, mas eu já o amava, e quando o abracei pela primeira vez senti que era recíproco. Fiquei tranquila, pois vi o quanto o Gabriel queria ser amado e estava aberto a receber nosso carinho", conta Sílvia. Pelo menos essa história teve um final feliz.



Juíza Andrea Paula comemora a adoção de Gabriel



ideias em prática







Fachada lateral da nova sede da Unicorp do TJBA

CASA DO CONHECIMENTO

Unicorp inaugura nova fase com sede em endereço próprio em uma das regiões mais bonitas de Salvador

A devoção a Nossa Senhora do Monte Serrat – ou Serrate, como grafam alguns historiadores – batiza a extremidade que limita uma das áreas mais importantes de Salvador.

É na Ponta de Monte Serrat que, anos depois, ficaria mais conhecida como Ponta de Humaitá por conta de um famoso bar que ali funcionou, onde estão erguidos uma pequena igreja, que homenageia a santa, e um forte, também de mesmo nome, lá fincado para proteger a baía de Todos-os-Santos dos antigos corsários.

Neste cenário de filme, a Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça da

Bahia, a Unicorp, inicia uma nova etapa na sua missão de capacitar magistrados e servidores. A partir do sábado, dia 3 de junho, a Unicorp passa a funcionar, oficialmente, no novo endereço: Rua Rio São Francisco, número 1.

Anteriormente, a Universidade do TJBA, que iniciou seu trabalho há seis anos, funcionava no subsolo do prédio anexo ao edifício-sede do tribunal, no Centro Administrativo da Bahia.

Agora, tudo mudou. A nova área reúne dois casarões em estilo colonial. No térreo de um dos deles funcionará o laboratório; duas salas de aula para capacitação; outra dos professores; espaço das secretárias; tudo isso

com mobiliário novo e equipamentos de informática completos. O outro prédio contempla, além de outras salas, dois auditórios.

Portanto, o momento é ideal e os números não mentem. De fevereiro de 2016 a maio de 2017 foram oferecidas 24,5 mil vagas, 56% delas presenciais e 44% na modalidade de ensino à distância.

Interiorização

Mesmo com a possibilidade de o curso ser ministrado a distância, houve a preocupação de ir aonde o servidor está. “Viabilizamos capacitações em Barreiras, Feira de Santana, Alagoinhas,



1ª Vice-presidente do TJBA,
Maria da Purificação ministra
aula para servidores

Itabuna, Lauro de Freitas, Porto Seguro, Vitória da Conquista, Ilhéus e Juazeiro. O nosso foco maior está na democratização do acesso aos nossos cursos”, afirma Joana Pinheiro, diretora da Unicorp.

Também foram concebidos planos de capacitação para projetos estratégicos do TJBA: cursos para servidores oriundos das unidades extrajudiciais; projeto de capacitação para implantação dos cartórios integrados; programa de capacitação de segurança institucional para magistrados e programa de qualificação para formação de mediadores judiciais, dentre outros.

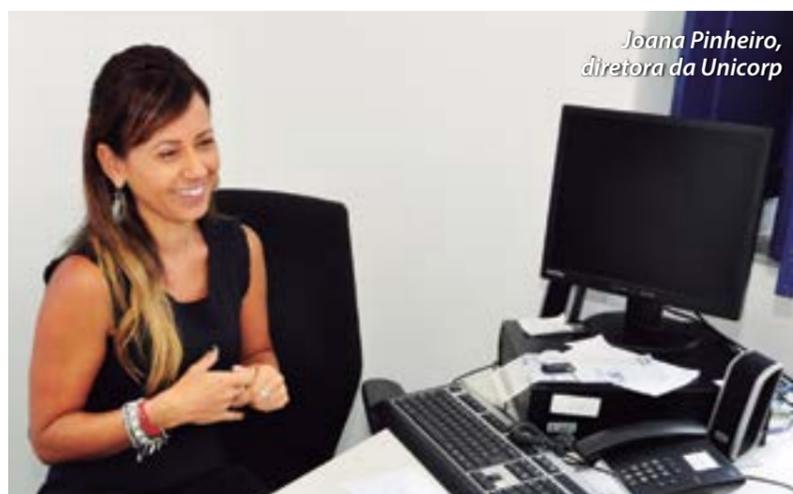
A Unicorp hoje é reconhecida nacionalmente. “Nesta gestão, fechamos 21 convênios com entidades públicas e privadas das esferas federais e estaduais dos poderes Executivo e Judiciário”, diz a diretora.

São parceiras da universidade, instituições como a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), a Secretaria da Administração do Estado da Bahia (Saeb), o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFam), a Associação

de Procuradores do Estado da Bahia (Apeb), a Associação dos Notários e Registradores (Anoreg/Ba) e a Associação de Magistrados do Estado da Bahia (Amab).

Para 2017, a perspectiva é de crescimento. A projeção é abrir mais 2 mil vagas, totalizando 22 mil para cursos de formação e especialização para magistrados e servidores.

Entre eles está o curso de Desenvolvimento do Potencial e Liderança e Trabalho em Equipe para até 1 mil pessoas, além do curso Improbidade Administrativa com 1.800 vagas disponíveis.



Joana Pinheiro,
diretora da Unicorp

“As expectativas são as melhores. Queremos implantar um programa de formação de multiplicadores no sentido de qualificar pessoas, valorizar e sustentar os nossos instrutores próprios da Unicorp”, explica a gestora.

O plano de institucionalização da atividade de instrutoria interna integra o projeto de consolidação e expansão da Universidade Corporativa que, por sua vez, está previsto no Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça da Bahia.



SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!



facebook.com/TribunalJusticaBA



instagram.com/tjbaoficial



twitter.com/tjbahia



youtube.com/tribunaljusticaba



flickr.com/tjbahia



soundcloud.com/tjbahia

SEGURANÇA REFORÇADA

Tribunal de Justiça adquire, com recursos próprios, quatro viaturas para dar apoio à Assistência Militar

“O Tribunal nunca teve viaturas próprias para a segurança institucional dos magistrados, para escolta dos desembargadores, para vistorias nas comarcas do interior. Na busca de armas no interior, o serviço era feito em carros descaracterizados, arriscando a vida dos policiais que estavam em diligência e até mesmo da presidente. Desta forma, podemos

trabalhar com a segurança devida”, afirmou o desembargador Gesivaldo Britto. Para o responsável pela Assistência Militar do TJBA, coronel Jogerval, a coleta de material bélico será feita de maneira mais segura e eficaz. “Com os veículos o serviço será mais eficiente”, diz. Além dos membros da Comissão Permanente de Segurança do TJBA, formada

pelos desembargadores Gesivaldo Nascimento Britto, Nilson Soares Castelo Branco, Jefferson Alves de Assis e José Alfredo Cerqueira da Silva, participaram da cerimônia outros 11 desembargadores, além dos juizes Cássio José Barbosa Miranda, Isaias Vinicius de Castro Simões, Rilton Góes Ribeiro e Joselito Rodrigues de Miranda Júnior.



Equipe da Assistência Militar celebra a chegada dos novos veículos

Quatro viaturas, equipadas e padronizadas, passaram a integrar o serviço operacional da Assistência Militar da Presidência do TJBA. Os veículos, adquiridos com recursos próprios do tribunal, serão utilizados no recolhimento de material bélico, na segurança da presidente e dos demais desembargadores quando em viagem pelo interior, ou nas demais ações que necessitem desse suporte.

“É com muita alegria que colaboramos com o trabalho dos nossos parceiros policiais militares que trabalham de forma louvável, agora, com mais segurança. Apesar das dificuldades, conseguimos comprar estas viaturas com verbas próprias”, declarou a presidente Maria do Socorro Barreto Santiago, durante a cerimônia de entrega dos veículos, no dia 3 de maio, na sede do TJBA.

É a primeira vez que o Tribunal de Justiça da Bahia possui carros próprios para sua área de segurança. Com isso, o Judiciário ganha mais autonomia, rapidez e qualidade durante os deslocamentos. Este, aliás, foi um dos pontos sinalizados pelo desembargador Gesivaldo Nascimento Britto, presidente da Comissão Permanente de Segurança do TJBA.



Quinze desembargadores prestigiaram a cerimônia de entrega das viaturas



UNICORP

UNIVERSIDADE CORPORATIVA TJBA

CONHECIMENTO
A SERVIÇO DA JUSTIÇA

www.tjba.jus.br/unicorp



Jomari Queiroz
Nutricionista

"Somos o que comemos"

Somos aquilo que comemos e, por isso, temos que ter consciência de quanto nós próprios somos responsáveis pela nossa condição física e mental.

Estamos expostos diariamente a um número considerável de fatores que podem influenciar em vários aspectos de nossa vida, impactando no nosso nível de saúde. Dentre os determinantes identificados pela OMS, destacam-se: estresse, trabalho, alimentação e exercícios físicos. Padrões de comportamento podem constituir condutas de risco para a saúde, porém podemos interferir, adotando hábitos saudáveis. A alimentação é uma decisão diária e se constitui em um deles. Portanto, o desenvolvimento de uma prática alimentar saudável deve ser bem fundamentada e não condicionada por pseudocientistas e influências modistas. Deve manter coerência com a realidade do indivíduo, levando em conta fatores culturais e sócio-econômicos para atender às "Leis da Alimentação" que são: Quantidade, Qualidade, Harmonia e Adequação Alimentar, fornecendo o que o nosso corpo precisa para "alimentar a saúde".

No entanto, devemos estar atentos que, para se ter uma alimentação equilibrada, não é preciso lançar mão de radicalismos, pois o alimento tem, além do aspecto nutricional, um significado de cunho antropológico que visa a confraternização e o prazer.

Algumas dicas simples e práticas para uma alimentação saudável:

1 - Faça pelo menos 3 refeições (café da manhã, almoço e jantar) e 2 lanches saudáveis por dia. Não pule refeições;

2 - Inicie o hábito de utilizar alimentos integrais (pães, biscoitos, massas, etc) e prefira os alimentos na sua forma mais natural;

3 - Coma diariamente pelo menos 5 porções de frutas, legumes e verduras como parte das refeições. Prefira frutas nas sobremesas e lanches;

4 - Use pouco açúcar e se você prefere ou necessita utilizar adoçante ao invés de açúcar, reduza paulatinamente a quantidade adicionada e alterne entre as substâncias disponíveis no mercado (Aspartame, Ciclamato, Stévia, Sucralose, etc);

5 - Consuma diariamente 3 porções de leite e derivados e 1 porção de carnes, aves, peixes ou ovos. Retirar a gordura aparente das carnes e a pele das aves antes da preparação torna esses alimentos mais saudáveis. Evite preparações fritas;

6 - Diminua a quantidade de sal na comida. Evite consumir alimentos industrializados com muito sal (sódio), como salgadinhos "de pacote", hambúrguer, charque, salsicha, linguiça, salame, conservas de vegetais, sopas, molhos e temperos prontos;

7 - Beba pelo menos 2 litros (6 a 8 copos) de água por dia. Dê preferência ao consumo nos intervalos das refeições. Coloque uma garrafinha na mesa de trabalho;

8 - Evite ou reduza ao máximo o uso de bebidas alcoólicas.

9 - Abandone o hábito de fumar;

10 - Mantenha o peso dentro de limites saudáveis.

O exercício físico tem também papel fundamental. A associação dessas duas estratégias (alimentação saudável e atividade física) é impactante para um melhor nível de qualidade de vida. Pratique pelo menos 30 minutos de atividade física todos os dias, além das atividades normais.





Presidente do Tribunal participou de reunião do Pacto pela Vida em Juazeiro

Em companhia dos chefes do Executivo e do Legislativo, respectivamente, Rui Costa e Ângelo Coronel, a presidente do TJBA, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, participou de mais uma caravana do Programa Pacto pela Vida (PPV). O programa tem como objetivo a promoção da paz social.

2, terça-feira



Corregedoria faz correções e visitas regimentais a comarcas do interior

A Corregedora das Comarcas do Interior, desembargadora Cynthia Resende, iniciou neste mês as correções e visitas regimentais a diversas comarcas do interior do estado. A desembargadora iniciou o trabalho ao lado da juíza auxiliar Ângela Bacellar Batista e de assessores. Os municípios visitados foram Teofilândia, Araci, Tucano, Ribeira do Pomal, Jeremoabo e Cícero Dantas.

3, quarta-feira



Projeto do TJBA faz parceria com Obras Sociais de Irmã Dulce

O TJBA participou de um mutirão organizado pelas Obras Sociais Irmã Dulce para promover o acesso gratuito da população a serviços de exame de investigação de paternidade e emissão de certidão de nascimento. No total, 42 atendimentos foram realizados, com 19 cadastros para realização do exame de investigação de paternidade.

10, quarta-feira



Presidente do TJBA participa de reunião mensal no STF em Brasília

A desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, presidente do TJBA, participou da sétima reunião com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia. O encontro reuniu presidentes dos Tribunais de Justiça de todo o país, em Brasília.

12, quarta-feira

TJBA e UFRB firmam convênio para preservação de documentos históricos

O Tribunal de Justiça da Bahia formalizou um termo de cooperação técnica com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com o objetivo de promover a manutenção do arquivamento, digitalização e restauração de documentos do século XIX guardados no acervo da Comarca de Maragogipe, no Recôncavo Baiano.

15, segunda-feira



Feira marca comemoração do Dia das Mães do TJBA

Comemorando o Dia das Mães, o Tribunal de Justiça da Bahia trouxe para a praça de Serviços do prédio-sede, no Centro Administrativo, uma feira especial com produtos de artesanato, artigos para presentes, gastronomia, moda para casa e calçados.

5, sexta-feira



Presidente do TJBA abre exposição fotográfica da Associação Abraço a Microcefalia

A presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, abriu, oficialmente, a exposição fotográfica promovida pela Associação Abraço a Microcefalia, no átrio da sede do Judiciário. A mostra reuniu 15 imagens de mães com crianças com microcefalia, sob o olhar da fotógrafa Natália Borges.

9, terça-feira



Tribunal padroniza autorização de viagem de crianças e adolescentes

Um provimento conjunto das Corregedorias padronizou a emissão de autorização de viagem de crianças e adolescentes. O ato dos corregedores sistematiza as regras vigentes sobre o tema tratado em lei pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e disciplina o uso do sistema Proatend, criado pela Secretaria de Informática do Tribunal de Justiça (Setim) especialmente para permitir a emissão eletrônica dessas autorizações.

12, sexta-feira



Tribunal Pleno indica desembargadora para vaga de juiz substituto no TRE

A desembargadora Carmem Lúcia Santos Pinheiro foi escolhida para a vaga de juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), na classe de desembargador, em sessão plenária do Tribunal de Justiça da Bahia.

17, quarta-feira



TJBA participou da XLI edição do Fórum Nacional de Juizados Especiais

Uma equipe do Tribunal de Justiça da Bahia participou da XLI edição do Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje), em Rondônia. A edição deste ano teve como objetivo dar continuidade a missão de promover um intercâmbio de informações que visem aprimorar a prestação dos serviços judiciais nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

19, sexta-feira



TJBA prestigia inauguração do posto biométrico do TRE em Parisi

Ao lado do presidente do TRE-Ba, desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano e do prefeito de Salvador, ACM Neto, a presidente do Tribunal de Justiça, Maria do Socorro Barreto Santiago, participou da inauguração do posto de cadastramento biométrico na Prefeitura-Bairro Subúrbio/Ilhas, em Parisi.

8, segunda-feira





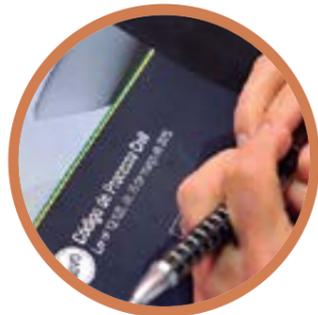
Tribunal participa da 1ª edição do curso de Administração Judiciária da Enfam

O desembargador Júlio Cezar Lemos Travesa e a corregedora das Comarcas do Interior, desembargadora Cynthia Maria Pina Resende participaram da primeira edição do curso de Administração Judiciária, realizado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), em Brasília.



Presidente do TJBA recebe visita de juiz da Suprema Corte do Havai

A presidente Maria do Socorro Barreto Santiago recebeu a visita do juiz norte-americano Michael Wilson, da Suprema Corte do Havai. Participaram do encontro, a primeira vice-presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Maria da Purificação da Silva, as juízas Rosana Fragoso Chaves, Andréa Toruinho e Carmelita Miranda



Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende visita TJ do Distrito Federal

A corregedora das comarcas do interior da Bahia, desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, esteve em Brasília, onde visitou o Corregedor da Justiça do Distrito Federal, desembargador José Cruz Macedo. O encontro teve como principal objetivo, a troca de experiências entre os tribunais.



22, segunda-feira

23, terça-feira

26, sexta-feira

Técnicos da Seplan visitam fóruns para orientar servidores sobre pesquisa de opinião

Integrantes da equipe da Secretaria de Planejamento e Orçamento (Seplan) visitaram alguns dos fóruns participantes da Pesquisa de Opinião do Tribunal de Justiça da Bahia, no interior e na capital do estado. O propósito das visitas foi de prestar suporte técnico aos administradores dos fóruns e aos servidores designados para aplicar os formulários investigativos.

Justiça Itinerante atende mais de 400 pessoas na última edição do Ação Global

O Tribunal de Justiça da Bahia participou do projeto Ação Global. As equipes da Ouvidoria Judicial e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc), instaladas em ônibus da Justiça Itinerante atenderam mais de 400 pessoas.

27, sábado

29, segunda-feira

Coordenação dos Juizados abre mil vagas para curso sobre impactos do novo CPC

O Tribunal de Justiça da Bahia abriu inscrições para curso à distância voltado para magistrados, servidores, conciliadores e juizes leigos abordando os principais impactos do Código de Processo Civil no âmbito dos Juizados Especiais.

“Ruas e bairros pitorescos”

Salvador é uma cidade na qual existem nomes de ruas e bairros muito interessantes. Estranhos e curiosos nomes que muitos desconhecem a origem e significado.

Os historiadores afirmam que a escolha de nomes de ruas, bairros e localidades advém da religião, por influência da Igreja Católica no governo (Baía de Todos os Santos, Salvador, Santo Antônio Além do Carmo etc.), de hábitos de determinada época (Rua do Tira Chapéu), fatos ou datas da história (Av. Sete de Setembro).

Por acaso alguém imaginava que o bairro Jardim Placafor foi assim nomeado em razão de uma placa promocional da empresa Ford que ficava em frente à praia nos anos 60?

E o que falar do Pau Miúdo? Brincadeiras à parte, existem duas versões para a origem do nome. A primeira refere-se à mudança do material das casas feitas na localidade onde existia uma antiga fazenda, de palha para taipa (barro e madeira). As pessoas subiam e desciam a ladeira de Quintas transportando feixos de paus pequenos e quando questionadas de onde vinham, logo respondiam: “do Pau Miúdo”. A segunda diz respeito aos feixos de paus miúdos transportados pelas lavadeiras para serem usados na fervura de roupas.

A Rua da Forca é assim denominada porque servia de passagem, como um corredor da morte, onde levava ao caminho até a Praça da Piedade, local onde os condenados do Império eram enforcados.

Rua do Guindaste dos Padres. Alguém sabe onde fica? E imaginava existir essa rua aqui em Salvador? Sim, existe. Localiza-se no subdistrito da Conceição da Praia, com início na Ladeira da Montanha e final na Rua Francisco Gonçalves. Denomina-se assim pelo fato de existir no local um “chariot”(elevador em francês), o Plano Inclinado, que liga a cidade baixa à alta e, à época, muitos chamavam de Guindaste. Como transportava tudo que era necessário para abastecer os padres do Convento dos Jesuítas que se situava na parte alta da cidade, a Rua foi denominada de Guindaste dos Padres.

Ainda existe o batismo do povo que, por costumes populares “modificam” os nomes de determinados logradouros. A Avenida Mário Leal Ferreira é mais conhecida como Bonocô e a Avenida Luiz Viana Filho é popularmente chamada de Paralela.



Edmundo Hasselmann
Chefe do Núcleo de Documentação e Informação (NDI)



TJSOCIAL *por Adriana Barreto*

Get Together

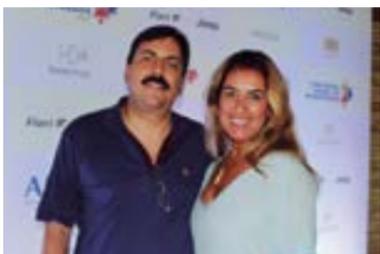
Freddy Pitta Lima, presidente da Associação dos Magistrados da Bahia, reuniu uma turma boa em Praia do Forte para a abertura do II Encontro Baiano de Magistrados. Confira flashes de quem circulou por lá!



Soraya Moradillo e Elbia Araújo



Abelardo Matta e Luciano Guimarães



Presidente da AMB, Jayme Oliveira, e Renata Gil, presidente da Amaerj



Nartir Weber e Martha Moraes



Ícaro Matos e Tâmara Libório



Rosana Fragoso, Lisbete César Santos, Rodrigo Pimentel, Marielza Brandão e Pillar Claro

Foi top!

No evento, destaque para a palestra motivacional ministrada por Rodrigo Pimentel, o Capitão Nascimento, sobre liderança e gerenciamento de crise. A peça 7 Conto, sucesso nos teatros brasileiros, estrelada por Luis Miranda, também pôde ser conferida pelos magistrados. Houve muitos risos, muita alegria e alguns momentos de pura reflexão.



Júlio e Vanessa Travessa



Michelle Patrício, Ana Karena Nobre e Andrea Miranda



Luis Miranda



Ana Cláudia Souza e Micheline Bittencourt

O Candidato

(The Candidate)

Atenção! Este texto pode conter spoilers

Um filme de 1972, dirigido por Michael Ritchie e pouco explorado, talvez dada a forma como expõe a disputa eleitoral no mais importante país da história da humanidade, como diz um dos personagens.

No enredo, um candidato ao Senado dos Estados Unidos da América, o advogado idealista e democrata californiano Bill McKay, interpretado por Robert Redford, vence a eleição assessorado pelo especialista em política eleitoral, Marvin Lucas, vivido por Peter Boyle. No final do filme, em um quarto de hotel e emocionado ante a celebração, com a turba do seu comitê político pedindo sua presença nos festejos, McKay se dirige ao amigo consultor, com ar de desespero, e pergunta: "Marvin, o que fazemos agora?"

Essa frase, dita pelo personagem há mais de 40 anos, tornou-se icônica, como tantas outras ditas por personagens no cinema mundial. A título de exemplo, cito o pedido "Play it, Sam" (Toque-o, Sam) da personagem Ilsa Lund (Ingrid Bergman), em Casablanca, de Michael Curtiz (1942), ao pianista Sam (Arthur "Dooley" Wilson) para tocar a canção *As time goes by*.

Mas voltemos ao filme de Michael Ritchie.

Escrito por Jeremy Lerner, que fazia os discursos do senador Eugene McCarthy (não confundir com o senador Joseph McCarthy, que se notabilizou no combate aos comunistas e simpaticistas nos EUA), o filme contém momentos engraçados, como McKay em

incontroláveis gargalhadas diante de uma câmera de televisão e, depois, em uma cena no banco de trás do seu carro, simulando um discurso fervoroso, no caminho para uma manifestação.

Embora filho de político experiente, o ex-governador John McKay (Melvyn Douglas), o jovem candidato acredita poder dizer, fazer e ir aonde quiser durante a campanha. "Faço isso como advogado e espero fazer isso como candidato", disse ele no começo da campanha. Seu consultor político estimula-o a se comportar assim, com franqueza e objetividade, mantendo uma campanha inovadora, afinal, os eleitores não acreditam que ele vença seu adversário, um senador na disputa do quarto mandato.

Absorvendo ao pé da letra a recomendação do consultor, McKay vai a campo e executa uma forma diferente de campanha política, mantendo uma retórica liberal, prometendo mudar. Ao abordar a questão da previdência social, por exemplo, ele diz: "Nós subsidiaremos trens e aviões, por que não subsidiar pessoas?". Assim sua popularidade sobe nas pesquisas e ganha mais e mais eleitores a cada pronunciamento, e as chances de vencer estão a 3%, que correspondem aos indecisos, e isso exige uma diluição no discurso.



Então McKay segue o caminho mais seguro: nenhuma mensagem política clara, promessas vagas, sem definições e frases de efeitos atraentes. Os partidários do seu adversário gritam: faltando um mês para as eleições, McKay é claramente outro, suas declarações iniciais estão virando mingau, e políticas específicas se tornaram velhas generalidades. McKay segue em frente na busca dos 3% dos indecisos mantendo a posição de não fazer promessas e explorar a resposta de não-resposta, como fez diante do questionamento de um repórter, com uma declaração vaga que não responde à pergunta.

Então, após vencer a eleição, e com os resultados, no quarto de um hotel, assustado e até desiludido, Bill McKay percebe que a vitória não é a certeza de que possa manter os valores. O filme ganhou o Oscar de melhor roteiro original em 1972.

Outros filmes com Robert Redford

Descalços no parque (1967)
Butch Cassidy (1969)
Mais forte que a vingança (1972)
Golpe de mestre (1973)
O grande Gatsby (1974)
Todos os homens do presidente (1976)
Entre dois amores (1985)
O encantador de cavalos (1998)
Capitão América 2 - O soldado invernal (2014)

Filmes do diretor Michael Ritchie

Garotos em ponto de bala (1976)
A ilha (1980)
Assassinato por encomenda (1985)
O rapto do menino dourado (1986)

Super heroína

História em quadrinhos é uma leitura que não diverte apenas crianças e adolescentes, mas também adultos. A Mulher-Maravilha é uma personagem que fez parte da infância de muita gente, e continua depois de crescidos. A heroína greco-romana é a princesa Diana de Themyscira. É filha da rainha das Amazonas Hipólita e tem uma força que é admirada por todas as outras Amazonas. Diana foi mandada para o mundo dos homens para espalhar a paz e a segurança. Com seu laço da verdade a Mulher-Maravilha faz parte da



Liga da Justiça e se esforça para deixar a terra o melhor lugar do mundo. Ela nos ensina a dar o nosso melhor naquilo que nos foi confiado, mesmo que de início não faça parte de nossa vida. Os fãs da heroína poderão comemorar. No próximo dia 2 de junho irão ver a Amazona fora dos quadrinhos e dentro de uma tela de cinema.

Para ler sem parar

A história de *O filho de mil homens* é centrada no personagem Crisóstomos, um pescador de 40 anos que vive numa pequena aldeia e que sonha em ter um filho. Ele conhece o órfão Camilo, que um dia aparece em sua traineira, e os dois se afeiçoam e iniciam uma relação de pai e filho. Em volta deles, vão surgindo outros personagens que testemunham a invenção e a construção de uma família e as histórias de todos vão se cruzando ao longo da narrativa. Valter Hugo Mãe, representante da nova geração de escritores do além-mar, explora temas como solidão, preconceito, vontades reprimidas, amor e compaixão. Tudo isso com leveza, muitas pitadas de humor e, por vezes, certa contundência que fará o leitor refletir. *O filho de mil homens* é um daqueles livros que você começa a ler e não solta mais.

O filho de mil homens
Valter Hugo Mãe
Globo Livros
R\$ 34,90

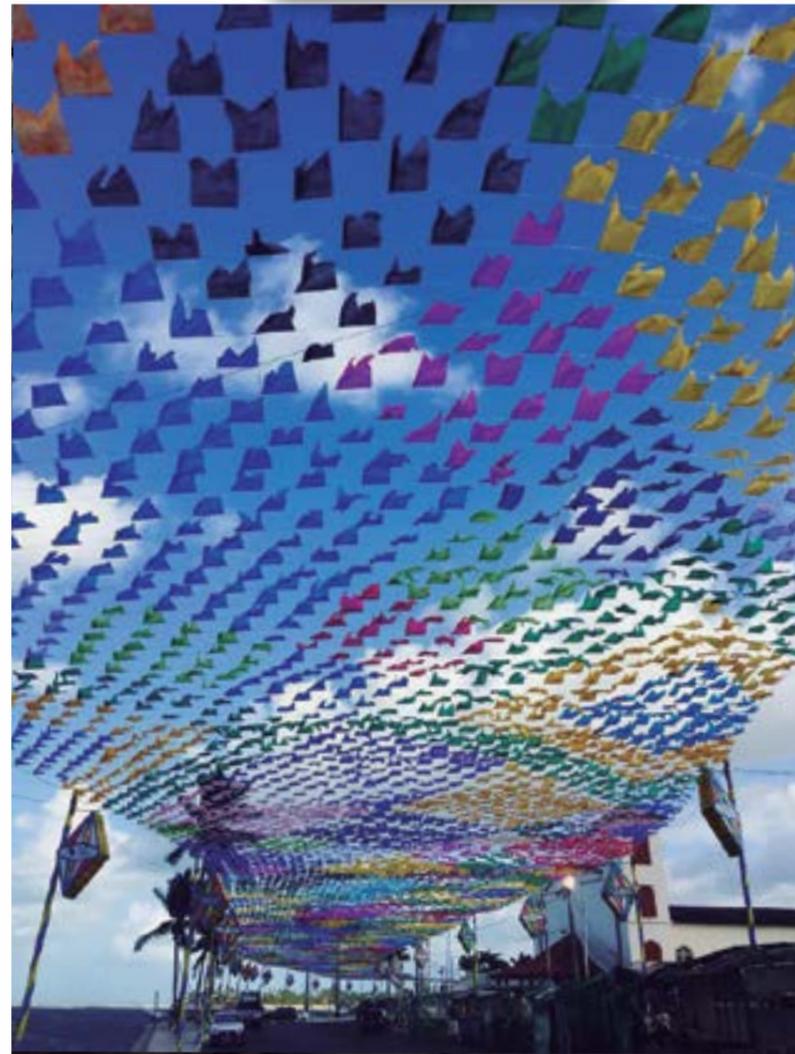


Hoje em dia a coisa mais difícil de encontrar é alguém que diga: "Que tédio, não tenho nada para fazer." Vivemos em um tempo onde todo mundo tem muitos afazeres. É trabalho, faculdade, casa, família, cuidados pessoais, compromissos sociais, hobbies. Uf! Cansei só de falar. Diante de tantas responsabilidades fica difícil priorizar. Mas esse problema pode acabar. O aplicativo Wunderlist promete ajudar na organização da rotina e na divisão das obrigações. Com ele podemos criar pastas com documentos, fotos e notas. O app permite que você marque os compromissos mais importantes, além de fazer listas com tudo o que tem para resolver. Você pode dá ok no item realizado e assim se sentir mais aliviado pela atividade cumprida. O Wunderlist está disponível para iOS e Android.



Vida nova aos 70

Desde que estreou, em maio de 2015, a série *Grace & Frankie* tem ganhado fãs de todas as idades. Protagonizado por duas setentonas de responsa, Jane Fonda e Lily Tomlin, a série, que está na terceira temporada pelo Netflix, conta as aventuras de duas mulheres idosas que são surpreendidas com a revelação de que seus respectivos maridos – magistralmente interpretados por Martin Sheen e Sam Waterston – com quem estão casadas há 40 anos vivem, em paralelo, um caso de amor há 25 anos. Traídas e desiludidas, as duas vão, coincidentemente, se refugiar na casa de praia que pertence aos dois casais – eles eram sócios nos negócios – e lá o bicho pega. Com estilos de vida antagônicos, Grace é peruca e Frankie é riponga, elas se estranham. Ao longo do tempo se apoiam na dor mútua e se fortalecem para enfrentar uma nova vida na terceira idade. Sexo, drogas e até as dificuldades e restrições naturais dessa fase da vida são temas tratadas com delicadeza e, claro, muito humor, pela autora, Martha Kaufman, a mesma que criou *Friends*, a série de maior sucesso na história da teledramaturgia americana. Para quem vai começar agora, o Netflix já disponibiliza as três temporadas. Imperdível.



*Bandeirolas de São João,
coloridas de ilusão
Júiza ANDREA PAULA MIRANDA*



*Árvore da Chapada
NEI PINTO
Repórter fotográfico*



Carlos Machado
Secretário Judiciário



TIRANDO DE LETRA

“Trata-se de embargos de declaração.” Não, não se trata de uma clínica que atenda embargos acometidos de omissão, contradição ou obscuridade, mas de trecho de uma sentença mostrada por um colega que me pediu para não ser identificado. O tímido companheiro de trabalho estranhou a flexão do verbo “tratar” e comentou: “Não seria tratam-se?”. Dúvida bastante pertinente, provavelmente originada nas célebres “costuram-se vestidos”, “alugam-se casas”, “vendem-se ovos”, tantas vezes ouvidas nas antigas salas de aula. De fato, vestidos são costurados, ovos vendidos e salas alugadas; mas... “de embargos de declaração” são tratados?

Para entendermos a concordância questionada precisamos realmente nos recordar daquelas aulinhas que, no antigo ginásio, nem sempre despertavam o nosso interesse. Lembra-se das vozes do verbo? São as formas que ele assume para indicar se o sujeito pratica e/ou sofre a ação verbal. Considere a expressão: “O juiz prolatou a sentença.” Agora veja: “A sentença foi prolatada pelo juiz.” Notou a diferença? Embora a mensagem seja única, “o juiz prolatou a sentença” está na voz ativa, pois o juiz é o **sujeito** que pratica a ação verbal (prolatar a sentença). No segundo exemplo, o destaque fica com a sentença prolatada, ou seja, com o **paciente** que sofreu a ação do verbo. Nesse caso, a oração está na voz passiva e o juiz que prolatou a sentença passa a ser o “agente da passiva”, isto é, aquele que praticou a ação (proferir) sofrida pelo sujeito paciente (a sentença). Há, ainda, a voz reflexiva, mas vamos nos ater ao tema proposto.

Concordância verbal é a correta flexão do verbo em relação ao sujeito da oração. Veja como é fácil: sujeito no singular, verbo no singular; sujeito no plural, verbo no plural. Portanto, costuram-se vestidos, alugam-se casas e vendem-se ovos, entendeu? Como? Você não sabe quem é o sujeito, já que não foi dito quem costura vestidos (provavelmente uma costureira); aluga casas (um corretor?) e vende ovos (nem me fale naquele carrinho terrível)? Muito justo. Mas você não precisa se preocupar, basta perguntar ao verbo: o que está sendo costurado? E alugado? E vendido? Verbos geralmente respondem rápido. Vestidos. Casas. Ovos. Então, se vestidos são costurados, eles estão sofrendo a ação verbal e são o sujeito da oração. O mesmo se diz das casas alugadas e dos ovos vendidos. Ambos sofrem a ação do verbo, e, portanto, são o sujeito. Se o sujeito está no plural (vestidos, casas e ovos), o verbo obrigatoriamente também o acompanha (costuram-se, alugam-se e vendem-se). Mas... e trata-se? Por que não acompanhou o sujeito embargos de declaração no plural? Simples. Porque a expressão “embargos de declaração” **não** é o sujeito da oração.

Vamos com calma. Os exemplos citados estão na voz passiva e essa permite duas formas de composição: a analítica e a sintética. A analítica é formada por dois verbos: um verbo de ligação (quase sempre o verbo ser), mais o particípio de um verbo **transitivo** (vestidos **são costurados**). A forma sintética

admite apenas um verbo, acompanhado da partícula “se” e do sujeito paciente (**Costuram-se** vestidos). Dentro desse raciocínio, “trata-se de embargos” estaria na voz passiva sintética (verbo cuidar + partícula “se”). Ocorre que há verbos que necessitam de um termo que se ligue indiretamente a eles para lhes completar o sentido: são os verbos transitivos indiretos. Pense comigo. “Precisa-se de costureira”, “gosta-se de ovos bem passados”, “fico com a sala anunciada”. Alguém fica sala? Gosta ovos? Dito assim não faz sentido. Aí entra a preposição, aquela palavrinha invariável que liga dois termos de uma oração e estabelece uma relação entre eles. “Gosta de ovos”, “Fico com a sala”. Viu? Tudo ficou claro depois da ligação indireta (feita por preposição). Mas você teria coragem de dizer essas frases na voz passiva? Sim? Quero ver: “De costureira é precisada”, “De ovos bem passados são gostados”, “A sala anunciada é ficada por mim”? Você é corajoso mesmo, mas dê-me um momentinho, acho que dona Sintaxe está sofrendo um infarto. Se você quase comete um homicídio gramatical com essas frases genéricas, imagine se for se meter com um juiz e dizer: “De embargos de declaração são tratados”. O problema é seu, mas vou deixar uma dica: verbos transitivos indiretos **não admitem a voz passiva**. Para explicar suficientemente a razão (na verdade, razões) eu gastaria mais umas duas laudas e acabaria demitido. Portanto, um conselho: acredite em mim. Ou então entenda-se com o juiz.

Se verbos transitivos indiretos **não admitem a voz passiva**, e tratar (no sentido de ter por assunto, dizer respeito a) **é transitivo indireto**, então, “Trata-se de embargos de declaração” está na voz ativa. Como a oração **está na voz ativa**, o sujeito é quem pratica a ação (tratar) e não quem sofre a ação (do que se trata). Tudo bem, mas então quem é o sujeito? O segredo está no danado do “se”. Em costuram-se vestidos, alugam-se salas e vendem-se ovos ele (o se) indica a voz passiva, por isso é chamado de **partícula apassivadora**. Já em “trata-se de embargos de declaração”, se você perguntar: “de que se trata?”, saberá a resposta: de embargos. No entanto, você **não sabe quem é** que está tratando disso, e não sabe porque **não está dito**. Ao optar pela utilização do “se” na voz ativa, o autor da frase não indicou o sujeito, portanto se trata de um sujeito indeterminado. A essa altura você já percebeu que esse “se” aí é diferente do primeiro. Ele não entrega o sujeito nem com delação premiada e, por isso, é conhecido como índice de indeterminação do sujeito.

Por fim, lembre-se que quando o sujeito é indeterminado pelo uso da partícula “se”, o verbo fica obrigatoriamente na terceira pessoa do singular (no caso, trata-se), pois se sabe que existe sujeito, mas não se sabe quem é, nem quantos são. Portanto, introvertido colega, a construção lançada na sentença está perfeitamente amoldada à norma culta, como também acontece com “precisa-se de costureiras”, “acredita-se em promessas eleitoreiras” e “apela-se para todos os santos”. Eu gostaria bastante de abordar essa questão sob o ponto de vista da língua dinâmica, que praticamente não reconhece mais a passiva sintética (eu concordo) e questiona tudo o que foi dito acima (concordo de novo). Entretanto, como a proposta não é essa, fiquemos com a segurança da norma tradicional, cobrada nas provas de concursos e nos textos formais. A língua é viva e saberá se impor no devido tempo.

Nossa revista chega ao décimo segundo número e precisa do seu apoio e participação para crescer.



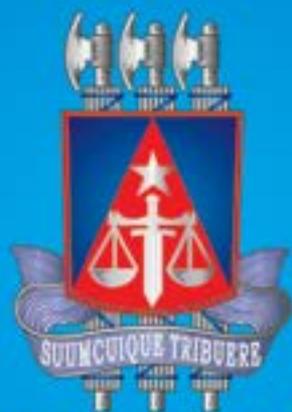
Venha fazer a revista com a gente!



Revista Eletrônica

TJBA
em Ação

Mande seu texto para ascom@tjba.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA